



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CÍVEL**  
 R. Sorbone, 375, . - Centreville  
 CEP: 13560-760 - São Carlos - SP  
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos3cv@tjstj.jus.br

## SENTENÇA

Processo nº: **0017086-18.2012.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Auxílio-Acidente (Art. 86)**  
 Requerente: **Rosemeire Joaquim Pontes David**  
 Requerido: **Instituto Nacional do Seguro Social Inss**

**ROSEMEIRE JOAQUIM PONTES DAVID** pediu a condenação do **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL** ao restabelecimento de seu auxílio-doença acidentário ou sua conversão em auxílio-acidente ou aposentadoria, conforme o grau de incapacidade funcional, porquanto persiste a incapacidade, malgrado cessado o pagamento do benefício na esfera administrativa. Pediu também a revisão da renda mensal, porquanto a autarquia ignorou o valor exato, na correção dos salários-de-contribuição, deixando de aplicar o índice do IRSM de fevereiro de 1994.

Citado, o INSS impugnou o pedido. Afirmou a inexistência de incapacidade laboral compatível com benefício acidentário. Ponderou a respeito da condenação em honorários advocatícios, correção monetária e juros moratórios, na hipótese de acolhimento do pedido inicial.

Manifestou-se a autora.

Realizou-se exame médico-pericial, vindo para os autos o respectivo laudo, sobrevivendo complementação e manifestação da autora, silente o réu.

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

Improcede o pedido de revisão da renda mensal do benefício.

A jurisprudência consolidou o entendimento em torno da decadência do direito, com base no artigo 103 da Lei nº 8.213/91, com a [redação dada pela Lei nº 9.528, de 1997](https://esaj.tjstj.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do):

*Art. 103. É de dez anos o prazo de decadência de todo e*


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**3ª VARA CÍVEL**

R. Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos3cv@tjsp.jus.br

*qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo.*

Contado o prazo decadencial desde a data da edição da norma, o direito do autor desapareceu em 2007, muito antes da propositura da ação.

Tal orientação foi reafirmada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça nos **Recursos Especiais 1.309.529/PR e 1.326.114/SC**, julgados pela sistemática dos recursos repetitivos:

PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DO ATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO PELO SEGURADO. DECADÊNCIA. DIREITO INTERTEMPORAL. APLICAÇÃO DO ART. 103 DA LEI 8.213/1991, COM A REDAÇÃO DADA PELA MP 1.523-9/1997, AOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTES DESTA NORMA. POSSIBILIDADE. TERMO A QUO. PUBLICAÇÃO DA ALTERAÇÃO LEGAL.

**1. Aplica-se o prazo de decadência instituído pela Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997, ao direito de revisão dos benefícios concedidos anteriormente a esse preceito normativo, com termo a quo a contar da sua vigência (28.6.1997).**

2. O fato de a Lei 10.839/2004 ter fixado o prazo de dez anos não altera a conclusão acima, já que a citada norma restabeleceu o prazo instituído pela Lei 9.528/1997 antes de ter transcorrido o lapso menor de cinco anos da Lei 9.711/1998.

3. Essa orientação foi reafirmada nos julgamentos dos Recursos Especiais 1.309.529/PR e 1.326.114/SC, proferidos na sessão de 28.11.2012 (pendente de publicação), pelo rito dos recursos repetitivos (art. 543- C do CPC e Resolução STJ 8/2008).

4. No caso específico, o benefício previdenciário objeto de revisão foi concedido antes de 28.6.1997, o que torna esta a data inicial da contagem do prazo. Contudo, a ação foi ajuizada após o decênio legal.

5. Agravo Regimental não provido.

STJ - AgRg no AREsp 211.225/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/04/2013, DJe 08/05/2013. (sem grifos e destaques no original).


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**3ª VARA CÍVEL**

R. Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Igualmente improcede a pretensão quanto à percepção de auxílio-acidente ou aposentadoria por invalidez acidentária.

Com efeito, a perita judicial examinou a autora e constatou a inexistência de sequela incapacitante. Esteve afastada para tratamento no período de 3 de abril de 1996 a 21 de abril de 2007, com tendinite no punho esquerdo, e recuperou-se plenamente, retornando então à função de ajudante de produção, sem qualquer sequela ou limitação (v. fls. 91).

O exame atual não detectou qualquer anormalidade funcional nos membros superiores ou coluna vertebral, inexistindo comprometimento da capacidade funcional, *estando a mesma apta ao trabalho que lhe fora habitual, de ajudante de produção ou quaisquer outras atividades de forma remunerada a terceiros como meio à sua subsistência* (laudo, textual, fls. 91).

A despeito das críticas da autora, a perita judicial reafirmou a inexistência de incapacidade laboral indenizável, ressaltando a desnecessidade de maior esforço físico para o desempenho das atividades. *Não há sequela funcional incapacitante ou mesmo lesão residual no segmento (punho esquerdo) de etiologia ocupacional que possa comprometer ou inviabilizar a autora ao exercício de suas atividades laborativas habituais. A pericianda está apta ao trabalho* (fls. 112).

O prolongado afastamento do trabalho teve por objetivo proporcionar tratamento adequado à autora. O tempo decorrido, por si só, não induz o reconhecimento de incapacidade laborativa residual, algo de resto refutado pela prova pericial.

Diante do exposto, **rejeito os pedidos** apresentados por **ROSEMEIRE JOAQUIM PONTES DAVID** contra o **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**.

A autora está dispensada do pagamento de despesas processuais.

P.R.I.C.

São Carlos, 08 de janeiro de 2014.

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**